A DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

BRUNA SOARES DOS SANTOS TRIGUEIRO

RESUMO
Esse artigo tem por objetivo apresentar a necessidade de rever a questão da desigualdade de oportunidades nas redes de ensino, apontando criticamente as relações de poder e domínio das classes dominantes sobre as camadas populares, indubitavelmente seguidas por estratégias políticas arbitrárias que induzem o indivíduo menos favorecido a exclusão social, ao pessimismo e a baixa autoestima. Esse trabalho foi fundamentado principalmente nos estudos do educador Paulo Freire, para sugerir às questões de desigualdade e do fracasso escolar como inerentes à existência de um currículo ultrapassado, indiferente as reais necessidades do homem de hoje, nesse contexto considera-se condição indispensável à transformação social, a articulação entre escola e sociedade, e diante dessa premissa torna-se possível afirmar que, a escola é "peça-chave" no preparo do indivíduo para atuar com autonomia, assim como o despertar do ser humano para o ato consciente e crítico do exercício da cidadania.
Palavras-chave: dominação, diversidade, cultura, desigualdade, currículo, ideologia, individualismo e reprodução.

INTRODUÇÃO

A desigualdade social escolar propriamente dita, é consequência das desvantagens e dificuldades vivenciadas pela classe popular. Há muitos anos o processo de escolarização é visto como um instrumento político viável para as camadas mais carentes permanecerem sob o domínio do sistema, mantendo no modelo educativo uma formação alienadora, mistificadora da realidade, traduzindo-a para o indivíduo como sendo o modelo ideal de conduta a seguir, preconizando sumariamente os ideais elitistas como garantia do desenvolvimento econômico e dos interesses ideológicos da elite, esse modelo solidificou-se ao longo dos anos sendo transmitido de geração para geração, o que contribuiu significativamente para a disseminação da desigualdade na esfera educativa, e que certamente se reflete além dos muros da escola, no mundo do trabalho, da competitividade e do individualismo a que estamos propensos.

Avaliando a trajetória histórica do ensino no país, observamos que a baixa qualidade das escolas, a migração e o trabalho precoce são motivos que contribuem consideravelmente para a evasão e o fracasso escolar. Esses fatores reforçam a ideia da existência de uma política conservadora e desigual, porque o ensino proposto nas escolas restringia-se aos interesses do sistema capitalista, esse modelo de educação alienadora ocultava a diferença de oportunidades entre as classes.

DESENVOLVIMENTO

Do ponto de vista crítico e, até mesmo humanitário, fica evidente a relação de controle e poder sob a distribuição de recursos destinados a projetos educacionais e os gastos para com a educação que permeiam a estrutura do sistema educacional do país.

"No plano educacional, a educação deixa de ser um direito e transforma-se em serviço, em mercadoria, ao mesmo tempo que se acentua o dualismo educacional: diferentes qualidades de educação para ricos e pobres" (Libâneo, 1999, p.18).

O sistema escolar destinava à população um ensino diferenciado, não havendo preocupação ou comprometimento com a transformação social e o desenvolvimento do país, segundo Fausto Cupertino o sistema estaria dividido em três tipos: o primeiro refere-se à classe trabalhadora que permanecia em desvantagem, excluídos do sistema escolar, outro ponto importante a mencionar é a situação do analfabetismo no Brasil, e citado como um dos problemas sociais encontrados naquela época. No segundo, essa mesma classe recebia formação específica, de acordo com as necessidades e interesses do mercado, enquanto a classe dominante era privilegiada e vivia uma realidade distante da maioria, por ter acesso a uma educação propedêutica, com conteúdo diversificado e qualidade de ensino. Ainda no terceiro, o padrão das escolas e o currículo variavam de acordo com as classes

sociais, desvalorizando dessa forma a diversidade.
Em seu livro "Educação, Um Problema Social" (1971, p.86), Cupertino faz referência aos textos legais que apresentam uma versão contraditória dos fatos citados anteriormente, pois segundo os mesmos, o sistema é pertencente ao terceiro tipo, que questiona a qualidade das escolas, porém não as especifica, mas também compreende os dois primeiros tipos como a parte discriminatória integrante da organização do sistema educacional.
Para Fausto C., em virtude das transformações ocorridas durante a reforma do ensino, a escola tornou-se uma escola de classes sociais, onde incontestavelmente o modelo de ensino está centrado na cultura elitista, mencionando a educação como sendo um privilégio das elites.
Mesmo após muitas discussões e mudanças feitas nesse setor, a tendência é que as práticas educativas discriminatórias aqui referidas perdurem e se acentuem a cada dia, na medida em que as diferenças sociais e os diferentes níveis de instrução entre as classes se distanciarem como tem sido. Enquanto a educação não estiver pautada e comprometida com os princípios éticos, valores e o desenvolvimento integral do indivíduo, continuarão havendo estudantes desinteressados, desmotivados e distantes do processo educativo.
É necessário o investimento em políticas públicas para uma boa gestão dos recursos financeiros a serem utilizados para a educação, pois um gerenciamento sem planejamento ou a má distribuição dos recursos financeiros coloca a população em situação desigual, onde as camadas mais vulneráveis da sociedade tendem a permanecer na pobreza ao longo dos anos, sendo os alunos das escolas de periferia e dos bairros mais afastados da cidades os que menos têm acesso a cultura, recursos tecnológicos e que consequentemente se encontram em real situação de desvantagem.

"(...) há uma necessidade estrutural que faz com que o sistema educacional escolar seja um meio de discriminação social e, ao mesmo tempo, de dissimulá-la, apesar do desenvolvimento econômico existente e justamente para que ele tenha condições de se processar" (Fausto Cupertino,1978, p.86).

Analisando a afirmação de Paulo Freire, é correto afirmar que o homem será capaz de questionar e interferir na realidade a partir do momento em que estiver ciente do domínio e da ação controladora que o currículo exerce sobre si, transformando a sua realidade. O opressor subentendido como a classe dominante atua de maneira alienadora, apresentando aos oprimidos, ou seja, as classes inferiores, uma visão irreal dos fatos, analisando o conflito no qual fazemos parte. Outro fato a ser considerado é que o pensamento e a ação do homem atual têm um fundo alienado. Paulo Freire (1974, p.34) define os responsáveis pela propagação da discriminação, da desigualdade e da inconsciência humana como "opressores", e essas atitudes de dominação e poder como: "opressão desumanizadora". Nesta visão, o homem é privado de seus direitos, sendo manipulado por "processos culturais alienados". Freire deixa evidente a relação de poder existente no sistema educacional, visto que o único elemento que pode acabar com as injustiças e a desigualdade social é a educação, que pode encurtar a distância entre as classes, promovendo a igualdade de oportunidades.

"(...) na ação antidialógica, a manipulação, "anestesiando" as massas populares, facilita sua dominação (...)a elite dominadora estrutura cada vez mais o seu poder com que melhor domina e coisifica(...)" (Paulo Freire, 1987, p.176).

Não é o homem que deve aderir aos preceitos da sociedade, mas sim o modelo curricular que deve estar adepto às necessidades do homem moderno. Cabe ao homem, como ser pensante a difícil tarefa de tornar-se protagonista de sua própria história, transformando-a. Haverá a possibilidade de mudanças, no sentido de viabilizar a democratização do ensino, quando escola, comunidade e toda a sociedade estiverem comprometidos com esse propósito. Somente por meio de uma gestão participativa será possível à criação de políticas governamentais e projetos voltados para a transformação e o desenvolvimento da sociedade, essa transformação requer a conscientização do ser humano e o senso crítico

da realidade.
A teoria "crítico-reprodutivista", mais precisamente nos escritos de Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron (sociólogos marxistas franceses), faz uma crítica a escola capitalista, definindo as questões implícitas ocultamente no currículo como "arbitrário cultural", por transmitirem de forma programada e consciente o capital cultural que favorece a classe dominante.
Em detrimento da ação alienadora mantida pelas estruturas educacionais desarticuladas daquela época, as camadas populares foram reduzidas simplesmente à condição de subalternos, homens passivos e obedientes, transformados mais futuramente na mão-de-obra a disposição do sistema capitalista, estando predeterminado que a elite é quem manda, enquanto os pobres ou menos favorecidos os que devem acatar o que lhes é imposto por seus superiores, numa relação de respeito e submissão, sem direito a questionamentos.

"(...) o homem tem a ilusão de que atua, quando, em realidade, não faz mais que submeter-se aos que atuam e converter-se em parte deles" (Paulo Freire, 1987, p.66).

O estudioso Pierre Bourdieu considera a violência simbólica como a representação de um processo que não foi premeditado, ou seja, ambas as partes não têm consciência da violência que causam ou a violência em que foram vítimas, nenhuma das partes percebe que uma está prejudicando à outra, essas ações são resultado da nossa incapacidade em aceitar as diferenças, e as necessidades do outro como um problema social, cuja responsabilidade é de todos.

"(...) A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, muitas vezes, dos que a exercem na medida em que uns e outros estão inconscientes do facto de a exercerem ou de a sofrerem (...)" (Bordieu, 1997, p.9).

A escassez de políticas voltadas à igualdade de condições deve ser preocupação sociedade como um todo, que precisa discutir a equiparação dos direitos dos alunos de escolas públicas aos dos alunos de escolas privadas. É fundamental para a educação hoje, a conscientização do cidadão sobre seus direitos e o conhecimento da importância de uma atuação crítica e participativa, sendo a escola peça-chave na perspectiva de preparar o indivíduo para atuar na sociedade de maneira autônoma.

"A desigualdade e a discriminação educacional, assim como a ausência de políticas democráticas voltadas para garantir o que aqui chamaríamos de justiça distributiva do "bem educação" (...) na perspectiva neoconservadora e neoliberal, esse tipo de ação gera maior desigualdade" (Gentili, 1995, p.242).

Quando se analisa a conjuntura atual da educação brasileira, observamos que a questão da busca pelo modelo ideal de currículo tem ganhado espaço em várias discussões, pois na trajetória histórica do ensino no Brasil, houveram muitas propostas curriculares que se diferenciavam conforme a ideologia de determinada época, mas que indiscutivelmente refletiam as relações de poder no processo educativo. A partir do pressuposto de que o currículo interfere na sociedade e a sociedade interfere no currículo, podemos afirmar que o pensamento e a ação do homem têm um foco alienado, determinado pelos interesses da classe dominante. Portanto, o currículo não é neutro, e para que os interesses da classe privilegiada sejam atendidos, o currículo continua sendo instrumento viável para moldar o indivíduo menos favorecido.
Muitos autores, dentre eles Vera Maria Candau (2003) referem-se ao currículo como sendo "reprodutor da ideologia dominante", ou seja, os valores, as crenças e o capital cultural que permeiam a estrutura e a organização do currículo são vistos como os certos, para condicionar o indivíduo, determinando sua conduta em sociedade. A sociedade tem evoluído, porém o setor educativo não tem acompanhado essa demanda.
Na história da educação observou-se que em meados do séc. xx os sistemas educacionais aderiram a algumas das reivindicações dos movimentos sociais daquela época sendo considerado prioridade o direito à educação para todos (Gentili, 1995, p.14).

É inconcebível que em pleno séc. XXI o aluno ainda seja influenciado por uma estrutura curricular ultrapassada, e porque não dizermos tradicionalista. A escola deve "abrir" as portas para a diversidade, valorizando as diferenças e se adequando as reais necessidades dos estudantes, conduzindo-os em seu processo formativo.
É fundamental que nossos estudantes estejam inseridos em uma escola consciente e reflexiva, com ideais igualitários. A escola precisa estar aberta as mudanças e transformações que ocorrem ao longo dos anos, acolhendo as diversas manifestações culturais, e apropriando-se do real, para que possamos conviver em uma sociedade onde haja a igualdade de oportunidades e o poder de voz a todas as classes sem distinção.
Olhar a sociedade atual de forma consciente implica perceber a não aceitação do "outro", e as dificuldades de convivência no coletivo, assim como, rever a postura do professor diante das complexidades da sociedade atual. Acreditamos que esse é um processo difícil partindo do princípio que muitos educadores não têm esse olhar, pois são fruto de uma educação ultrapassada, sem critérios de questionamento e reflexão.

"(...) tal repercussão tem se caracterizado pela subordinação da educação à economia e ao mercado com pouca ou nenhuma preocupação com a desigualdade e o destino social das pessoas, não se pode deixar de investir numa proposta de escola democrática que contemple conhecimentos, habilidades e valores necessários para a sobrevivência no mundo complexo de hoje" (Frigotto e Sacristán apud Libâneo, 1999, p.21).

O educador é o principal agente no processo de humanização do homem atual, que deve fundamentar-se no saber teórico aliado a uma prática consciente e problematizadora (Paulo Freire, 1996), onde o indivíduo seja capaz de questionar a realidade que o cerca. Diante disso, é necessário que a proposta curricular esteja de encontro com a realidade do aluno, com o objetivo de transmitir uma aprendizagem significativa, assim como, acolher a diversidade cultural.
A formação docente não habilita o profissional de educação para viver as diferenças em sala de aula e não proporciona essa visão de mundo, necessária para ser repassada ao aluno durante a prática educativa. O tema da "desigualdade social" já vem sendo discutido há algum tempo, portanto já existem algumas contribuições a respeito, porém não o suficiente para que haja uma mudança significativa.
A desigualdade social é reflexo de uma sociedade onde impera o preconceito, a discriminação e a indiferença, que são fatores marcantes na história do povo brasileiro, e acentuaram-se ao passar dos anos em decorrência do crescimento do individualismo entre as pessoas, a desvalorização do "outro" e de suas representações culturais.
Sobre este ponto, Paulo Freire defende que a escola deve refletir sobre a necessidade da apreensão de um currículo preocupado em valorizar a realidade do aluno. Para Freire a escola deve estar em constante transformação, evoluindo ao mesmo tempo em que a sociedade.

"(...) inovar, em pedagogia, significa, antes de mais nada, colocar em questão os conteúdos(...). Uma pedagogia revolucionária, que deseja transformar a escola, precisa "em primeiro lugar, transformar a cultura inculcada pela escola" (Gadotti,1988, p.106).
O profissional docente deve estar aberto as diferenças, e aprender com elas fortalecendo o vínculo professor- aluno; o professor deve perceber a importância de respeitar as diferentes culturas e a diversidade, valorizando--as.
O currículo escolar ainda é muito restrito e não abrange as reais necessidades dos educandos, nem tampouco, a diversidade de culturas. As disciplinas escolares devem ser adaptadas à realidade do aluno.
Após muitos estudos serem feitos sobre o contexto educacional brasileiro, surge à teoria do conflito que tinha como objetivo principal a explicação dos fenômenos da desigualdade, da mudança, da exploração e da alienação, aprofundando-se na problemática da educação brasileira, suas características e a forma em que é organizada, evidenciando as relações de poder nela envolvidas e seus reflexos na sociedade. Para Gadotti, Pedagogia do

Conflito é a "crítica radical do pensamento pedagógico liberal" (Marx e Engels apud Gadotti, 1988, p. 13).

A "pedagogia do conflito" critica o capitalismo por tratar-se de um sistema falho, antiético e extremamente individualista; subentende-se que se a sociedade capitalista é injusta, ela não é ética. Essa teoria é favorável à formação de princípios morais e a criticidade, que são fundamentais para que o indivíduo esteja habilitado a questionar a complexa organização do sistema educacional e as influências políticas que o cercam. O currículo escolar está intrinsecamente ligado às relações de poder e interesses das classes hegemônicas delimitando as ações do indivíduo e desfavorecendo a participação ativa do educando tanto quanto sua singularidade, nesse âmbito a escola interfere diretamente na divisão das classes sociais e corrobora para a perpetuação de uma sociedade individualista.
A "pedagogia liberal" consiste no preparo do indivíduo para atender os requisitos do mercado, deste modo faz-se necessário ao indivíduo enquadrar-se as normas impostas pela sociedade de maneira a atender a sua ideologia, onde as classes populares são condicionadas a submissão e ao conformismo, aceitando as injustiças da política educacional.

"(...) se a escola é, para o aluno, uma das mediações pelas quais se dá sua inserção num destino ou classe socialmente determinada, faz diferença se, nesse processo, a experiência escolar é bem ou mal-sucedida" (Gadotti, 1988, p.100)

A proposta do educador Paulo Freire é desafiadora e consiste em dar vazão a autonomia e ao pensamento do educando. Em seu livro Pedagogia do Oprimido Freire defende a importância de valorizar a diversidade cultural e o conhecimento prévio do aluno, sua visão de mundo, considerando-o como ponto de partida para a apreensão de novos conhecimentos. Uma das ações da escola que desfavorece a inclusão e a igualdade de direitos no aspecto social é a desvalorização da herança cultural trazida pelos diferentes grupos à escola, uma proposta educativa que desenvolve a neutralidade do conhecimento sugerindo o comodismo e a decepção do aluno, são falhas gritantes no setor educacional e devem ser corrigidas. O ensino destinado às classes menos favorecidas é desprivilegiado, produtos de um currículo alienador que atende aos interesses políticos. Nele são impostas às normas, o modelo de conduta a seguir e a identidade do indivíduo, quando alguém foge a esses preceitos estabelecidos é julgado/ condenado pela sociedade. Neste sentido, a escola é instrumento do sistema político, sendo a ela destinada à missão de reproduzir os ideais das classes dominantes.
As instituições de ensino, por sua vez têm se mostrado despreparadas frente a real problemática da desigualdade de condições e a integração social do sujeito. Não adianta a escola defender um ensino igualitário somente no papel, quando essa ação não reverbera na prática pedagógica.
Em Pedagogia do Oprimido (1987, p.57), Paulo Freire se apropria do termo educação bancária para traduzir os efeitos de uma educação falha, sistemática, onde eram visíveis as relações de poder, começando pelos educadores que eram julgados como detentores do saber e mantenedores da ordem e da disciplina, enquanto os alunos ficavam sob o domínio do professor, devendo adaptar-se a escola e ao conteúdo imposto, Freire identifica esse como sendo um dos desafios da educação brasileira e descrevendo a práxis pedagógica da conjuntura atual como sendo ultrapassada e conservadora, deixando claro inclusive, as dificuldades que as instituições educativas têm em despreender-se do método tradicional que é o grande responsável pela passividade, à falta de autonomia e de auto - estima a que a classe dominada está sujeita.

"A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres "vazios" a quem o mundo "encha" de conteúdos (Freire, 1987, p.67)".

Há dois aspectos relevantes na constituição da organização escolar oferecida à população menos favorecida, o primeiro se baseia no fato de que a educação do indivíduo pertencente a essa classe já está predeterminada, logo, todos já estariam destinados a uma

educação alienadora e individualista, centrada no particular; e no caráter social, no qual predomina a valorização da ideologia do sistema, esse modelo de organização é indiferente às representações culturais, as especificidades do aluno e suas reais necessidades. Fundamentando-se no artigo 58, capítulo IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentro de suas atribuições, fica determinado à escola o respeito aos "... valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura". Dessa forma, ter um papel ativo na construção social da realidade, supõe que, o indivíduo esteja preparado para atuar em sociedade com autonomia e prática cidadã. Os reflexos da desorganização do sistema escolar resultaram nas diferenças entre a elite e as camadas populares, se o currículo não favorece a heterogeneidade e não acompanha a evolução da sociedade o estudante pertencente às classes menos favorecidas permanecerá em situação de desvantagem, encontrando maiores dificuldades em permanecer nos estudos por se deparar com situações como, conciliar trabalho e escola, a falta de recursos financeiros, o déficit de aprendizagem nos anos anteriores, entre outros fatores que influenciarão no decorrer de sua formação, muitas vezes impedindo-o que prossiga com os estudos.

CONCLUSÃO

É necessário refletirmos sobre o papel da escola frente às complexidades da sociedade moderna. A escola hoje, ainda é uma das instituições a colaborar para a formação de pessoas competitivas e individualistas, porque a mesma é responsável em difundir o saber da cultura dominante, e no desenvolvimento dessa prática pedagógica o aluno sai da escola despreparado, sem senso crítico, ou seja, não é capaz de perceber as injustiças e as relações de poder a que está sujeito; o indivíduo não desenvolve sua autonomia, e permanece na passividade, enquanto os grupos dominantes se beneficiam disso (Pablo Gentili apud Santos, 1993, p. 263).

O RCNEI propõe como meta para os avanços no campo educacional, o desenvolvimento de alternativas que visem uma "educação de qualidade para todos". Dessa forma, a organização do trabalho pedagógico deve ser constituída de situações que contribuam para afirmar a identidade do indivíduo, percebendo-se como sujeito atuante na produção da cultura, capaz de interpretar criticamente a realidade que o cerca, ou seja, o processo de ensino e aprendizagem não se resume a um saber fragmentado, mas sim, "(...) a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a(...)"(Paulo Freire,1996, p.76).

Mediante essa proposta o profissional docente deve repensar o seu fazer pedagógico, planejando atividades estimuladoras, com o intuito de potencializar as condições em que as ações educativas se desenvolvem, reconhecendo a importância do diálogo entre as culturas e a maneira em que as crianças se relacionam com o meio e o social numa dinâmica participativa, fortalecendo assim a relação professor-aluno. O corpo docente não deve medir esforços na promoção do contato entre as diversidades atendo-se à proposta do direito à igualdade de condições entre as diferentes culturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Freire, Paulo. Pedagogia do oprimido, 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987;

Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil;

Estatuto da Criança e do Adolescente;

CUPERTINO, Fausto. Educação, um Problema Social, vol.7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978;

GADOTTI, Moacir (1988). Pensamento Pedagógico Brasileiro, 2.ed. São Paulo: Ática, (1988);

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus Professora?: novas exigências educacionais e profissão docente, 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999;

FREIRE, Paulo e Frei Betto. Essa escola chamada vida. 4.ed. São Paulo: Ática, São Paulo, 1986;

GENTILI, Pablo. Pedagogia da exclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. 12.ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.